

# LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX

Prof. Dr. Guilherme Ribeiro  
Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (UFF-Campos dos Goytacazes)  
Rua José do Patrocínio, 71 - Centro - CEP: 28015-030, Goytacazes - Rio de Janeiro  
Tel: (022) 2733-0319 - geofilos@ig.com.br

## RESUMO

Este artigo visa discutir os componentes históricos e sociais que, envolvendo a França e a Alemanha na virada do século XIX para o século XX, fizeram emergir a Geografia como disciplina universitária. Nesse sentido, tópicos como a Guerra franco-prussiana, o Imperialismo e o Nacionalismo merecem destaque. Em termos metodológicos, o objetivo é o de abordar o pensamento geográfico como uma construção epistemológica atravessada pela historicidade e pela política.

**Palavras-Chave:** Pensamento Geográfico, Política, Nacionalismo, França, Alemanha.

## RÉSUMÉ

Cet article veut discuter les éléments historiques et sociales qui ont fait l'émergence de la Géographie comme discipline universitaire en Allemagne et en France. Dans ce cas, la guerre franco-prussienne, l'Imperialisme et le nationalisme sont fondamentales. Sur le plan méthodologique, l'objectif c'est aborder la pensée géographique comme une construction épistémologique traversée par l'historicité et par la politique

**Mot Clés:** Imperialisme, nationalisme, Allemagne, France.

## ABSTRACT

This paper discusses the social and historical components involving France and Germany at the end of XIX century and the begin of XX century about the emergency of the Geography as university discipline. In this sense, topics like Franco-Prussian's war, Imperialism and Nationalism are essentials. In methodological terms, the objective is underline the geographic thought as an epistemological construction crossed by history and politics.

**Key words:** Geographical Thought, Politics, Nationalism, France, Germany.

---

## Introdução

Partamos de uma hipótese: a história da Europa (em sua relação com o mundo, naturalmente) é a história da Geografia; a história da Geografia é a história da Europa. Qual é a história da Europa? São várias. Entre elas, uma dispersão de feudos, cidades-Estado, repúblicas, reinos, confederações e impérios monárquicos que, reunidas determinadas condições sociais e políticas, cristalizaram-se sob a forma dos Estados Nacionais. Qual é a história da Geografia? São várias. Entre elas, uma dispersão de práticas e de saberes inscritos na narrativa exótica dos viajantes, na confecção de mapas e na descrição física da superfície terrestre que, reunidas determinadas condições sociais, políticas e epistemológicas, cristalizaram-se em um campo de conhecimento autônomo chancelado pelo Estado-Nação. Estamos diante de um processo que, evidentemente, não tem nada de simples. Cabe, portanto, o esclarecimento das *determinações* que permitiram o surgimento da ciência geográfica. Para isso, dois aspectos precisam ser ressaltados: os laços entre *ciência e política* e entre *ciência e suporte institucional*.

Sobre o primeiro, trava-se um combate com a neutralidade axiológica, ou seja, com a pretensão de parte da ciência em considerar-se como neutra e imune a julgamentos de valor. Esta proposição atinge em cheio o Positivismo, mas ultrapassa seus limites e atinge tanto o pensamento de Max Weber — quando sustenta que a ciência e a política são duas vocações, no intuito inequívoco de separação e oposição destes dois campos (WEBER, 2002 [1917-19]) — quanto algumas vertentes do marxismo (LÖWY, 1987:18). Ainda sobre tal pretensão, geógrafos franceses como Camille Vallaux (acompanhado posteriormente pelo historiador Lucien Febvre) esforçam-se em acusar a teoria do espaço de Friedrich Ratzel como legitimadora do imperialismo alemão — o que comprometeria, de forma indelével, a

cientificidade de sua produção geográfica (ESCOLAR, 1998). Ou seja, a necessidade de interdição da *política* do processo de construção do conhecimento é vital como pressuposto e condição de cientificidade do mesmo. Sobre o segundo, recordemos que a vontade de verdade apóia-se num suporte institucional, e que este, por sua vez, é dado fundamentalmente — no caso aqui analisado — pelo Estado, com suas escolas e universidades a produzir e reproduzir, em uníssono, um determinado tipo de discurso: o da identidade nacional. Essa parece ser a função mais “nobre” das emergentes ciências sociais. Guardadas as devidas proporções, elas parecem ocupar os lugares que outrora pertenceram aos conselheiros do príncipe, aos filósofos e acabaram por cair nas mãos de historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos. Em nome da ciência, resguardar o Estado. Em nome do povo, edificar a nação. Em nome da ordem, educar a sociedade. Daí a relação umbilical entre o saber geográfico e o sistema escolar. Na Alemanha, um requisito para o incremento da ciência geográfica era assegurar sua posição no ensino primário e secundário, bem como atentar para a formação de seus professores. Na França, a tradicional presença no ensino básico mantinha-a como um saber útil, cujo valor residia na observação do meio.

Da geografia como preocupação, passa-se à Geografia como solução. Portanto, a eclosão da mesma como ciência autônoma deve ser vista como *um processo histórico caracterizado pelas necessidades políticas (defesa, ordenamento e expansão do território) e ideológicas (criação e reprodução da identidade nacional) provenientes das demandas de gestão dos Estados Modernos*.

Retenhamos esta definição sintética e atentemos para as duas nações que, no último quartel do século XIX, impulsionaram sobremaneira a ciência geográfica: Alemanha e França. Recorrendo a uma abordagem comparativa, iluminaremos esta temática a partir da análise de três aspectos históricos: a centralização do Estado, a guerra franco-prussiana e o imperialismo.

### **O Desafio Alemão**

O volume I de *L'identité de la France* é aberto com um protesto: contra Taine e Tocqueville, ambos admitindo a Revolução de 1789 como “data de nascimento” da França, e contra Zeldin, para quem a “história das paixões francesas” tem início em 1848, Braudel prossegue em sua incansável defesa do tempo longo. Desautorizando os recortes cronológicos habituais, afirma o enraizamento das aldeias francesas “desde o terceiro milênio antes de Cristo”, e que a Gália havia esboçado, “antes, o espaço em que a França iria crescer” (BRAUDEL, 1989 [1986]). Entretanto, a despeito das dissensões econômicas, culturais e linguísticas — exaltadas por Braudel como elementos específicos da diversidade francesa, algo que desempenhará papel importante no discurso sobre a unidade do território, conforme veremos mais adiante —, é impossível negar certa estabilidade das fronteiras territoriais que acompanha a França de 1789 aos nossos dias. Mesmo tomando um marco temporal que não lhe convém, podemos utilizar o vocabulário braudeliano e sustentar que o território francês é uma estrutura de longa duração. Na Europa, a manutenção das fronteiras nacionais pode ser explicada, principalmente, devido à centralização estatal arquitetada pelas monarquias absolutistas — tal raciocínio estende-se também a Portugal, Espanha e Inglaterra. Delimitar um espaço soberano, impor uma língua pátria e fixar os limites de um mercado nacional são verdadeiros privilégios no âmbito da “colcha de retalhos” (mal) tecida pelos embates em torno do território no continente europeu.

Nesse sentido, a *Alemanha* é um caso paradigmático. A efetivação de seu Estado Nacional só ocorreu em 1871. A título de comparação, em 1532 o cenário é radicalmente diferente. São mais de trezentos Estados-membros, divididos em principados, feudos eclesiásticos, reinos e cidades livres. Esta parece ser uma situação eminentemente geográfica: Como articular escalas desconexas em nome de uma escala hegemônica? Como transformar a diversidade em unidade? Tais questões atraíram os geógrafos do final do século XIX, e não seria incorreto dizermos que este foi um dos temas fundantes da Geografia que então surgia. Sob esse prisma, acostumamo-nos a ver as idéias de Ratzel (RATZEL, 1900). Até aí, nada de mais. O embaraço é encará-lo como se esse debate fosse tipicamente alemão. Nada mais falso. Claramente estupefato com os desdobramentos da história da França, Vidal de la Blache resumiu assim a problemática em tela — reorientando-a em termos geográficos: “Como um fragmento da superfície terrestre

que não é nem península nem ilha, e que a geografia física não saberia considerar propriamente como um conjunto, elevou-se ao estado de zona política e tornou-se enfim uma pátria? Eis a questão que se coloca no limiar deste trabalho” (VIDAL DE LA BLACHE, 2007:330 [1903]).

Contudo, talvez a resposta para o caso francês seja menos complicada que o caso alemão. Seus mais de trezentos Estados-membros no século XVI representavam uma variedade de povos, línguas, culturas e costumes cujos interesses nem sempre eram equivalentes. Havia uma disparidade econômica entre algumas cidades, verdadeiros centros comerciais modernos participantes da agitação mercantil do século XIV, e a realidade circundante, marcada pelo predomínio da vida agrária feudal. Não obstante, eventos como a Reforma e as guerras camponesas agravaram sobremaneira este cenário: a primeira dividiu os Estados em seguidores e opositores de Lutero e a segunda apenas reforçou a situação de pulverização, dificultando a concretização de um projeto unificador. No dizer do geógrafo brasileiro Antônio Carlos Robert Moraes, “A própria ausência de um Estado central forte, que defendesse seus interesses, é um dos elementos de explicação do decréscimo do comércio alemão, num universo mercantil europeu basicamente monopolizado pelas coroas através das companhias nacionais. Também o particularismo, impondo barreiras alfandegárias internas entre os principados, atuou impedindo o livre fluxo das mercadorias” (MORAES, 2002:32 [1986]).

A soma de uma fraca burguesia, territórios desarticulados, permanência de estruturas feudais e carência de um poder central tornava a Alemanha presa fácil das ambições de Napoleão Bonaparte. Seu objetivo de reorganização social e política na França pós-revolucionária era indissociável do imperativo expansionista, traço típico da dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista. Engendrando um ambiente favorável ao incremento do mesmo (cf. MARX, s/d :204 [1852]), Bonaparte lança-se em direção à Europa com tal ímpeto a ponto de, em 1810, apenas a Suécia e os reinos da Grã-Bretanha e Irlanda, Portugal, Sardenha e Sicília são hostis a ele (HOBSBAWM, 1979:334). Evidentemente, tal projeto chocava-se com a realidade feudal de boa parte da Alemanha, mas não inteiramente. Encontrando aliados no ocidente, no sul e na Saxônia, em 1806 Bonaparte derrota a Prússia e estabelece a Confederação do Reno, implementando ali relações capitalistas propriamente ditas. Todavia, a modernização econômica de seus Estados-membros não é suficiente para romper definitivamente com o poder político da aristocracia *junker*, que promove uma reação conservadora e derrota Napoleão em 1815. Há, aqui, um aspecto crucial: se, por um lado, o período napoleônico atuou no sentido da desagregação territorial alemã, por outro fomentou uma contra-marcha romântica e nacionalista, que visava a construção de uma identidade nacional antagônica à supremacia francesa. Além disso, o germe capitalista, ainda que incipiente, já havia sido lançado (MORAES, 2002:35-38 [1986]).

De 1815 a 1870, certamente que há uma distância abissal. Neste período, o Congresso de Viena, a Confederação Germânica, as Revoluções de 1848, a União Aduaneira de 1834 (*Zollverein*), a liderança da Prússia, a ascensão de Bismarck em 1862 e suas guerras de 1864 e 1866 contra a Dinamarca e a Áustria expressarão, cada qual à sua maneira, as contradições e as particularidades dos processos de formação do Estado e da penetração do capitalismo na Alemanha. Naturalmente, eles não devem ser encerrados na escala alemã, pois ambos afetam a Europa como um todo: enquanto aquele promove uma substancial mudança em sua organização territorial — a fragmentação do Império Austríaco —, este conduz a uma nova etapa de sua rivalidade econômica — o Imperialismo. Explorando o aspecto territorial, Hobsbawm aponta que a unificação alemã levantava três questões: (i) quais peças do intrincado mosaico seriam incluídas e excluídas?; (ii) como as duas maiores potências da Confederação Germânica, Prússia e Áustria, deveriam integrar o novo Estado?; e (iii) qual seria o futuro dos numerosos outros principados? (HOBSBAWM, 1979a:88).

Não se trata de resgatar a história da Alemanha, mas sim aproximá-la da França focalizando o *território como elemento de conflito*. Assim, a guerra franco-prussiana ocupa lugar à parte. Sua origem é reflexo da delicada trama política envolvendo dois antigos impérios e uma nação em vias de constituição, todos receosos frente aos anseios expansionistas que faziam de antigos aliados novos inimigos (e vice-versa). Ela começa quando o governo provisório espanhol oferta o trono a Leopold de Hohenzollern,

oferta avalizada por Guilherme I, rei da Prússia. Temerosa em ser encurralada, a França reage e, para desgosto de Bismarck, Guilherme I renuncia. Não satisfeita, a França exige garantias, levando o rei da Prússia a encontrar-se, em Ems, com o embaixador francês Benedetti. Entretanto, graças a um despacho enviado pelo rei a Bismarck, avisando-o do encontro, o chanceler prussiano interpreta o documento como um pedido arrogante por parte dos franceses, e a atitude de Guilherme I como uma recusa indignada. Um dia depois, Paris toma ciência do “despacho de Ems” e, logo no dia seguinte, o legislativo decide a favor dos créditos militares. Pronto: estava declarada guerra à Prússia.

A despeito do exército francês e de sua respeitada história militar (idem, p. 93), o reino da Prússia, sob o comando de Bismarck, vinga-se do período napoleônico. Embora a guerra inflame o espírito nacional francês, o II Império demonstra toda sua fragilidade e, oferecendo pouca resistência ao exército prussiano, logo se vê tendo que negociar a rendição. As condições eram duras: pagamento de cinco milhões de francos-ouro. Mas a perda maior não estava aí, e sim em termos territoriais: a anexação da província de Alsácia-Lorena. Rica em carvão e minério de ferro, seus atributos encaixavam-se perfeitamente no projeto de crescimento econômico de uma nação em pleno processo de industrialização. Este processo foi acelerado pelo alargamento da malha ferroviária — ligando as áreas fabris às áreas fornecedoras de matérias-primas — que, a seu turno, exigia o aumento da produção dos recursos naturais encontrados exatamente na Alsácia-Lorena. Os termos dessa equação são por demais conhecidos: natureza, território e industrialização resultaram na corrida imperialista.

Beneficiada no aspecto econômico, igualmente o seria em termos políticos: a guerra incita em definitivo a unificação alemã, com o II *Reich* sendo proclamado no palácio de Versalhes. Do outro lado, porém, expôs a divisão em que se encontrava a França: mal acabara de capitular, já entrava numa guerra civil. Victor Hugo, acusado de prussiano por ter rejeitado a Comuna de Paris, mas que se levanta contra as preliminares de paz, faz um pronunciamento em 1871 que ultrapassará gerações — e dará o tom das relações entre franceses e alemães até o longínquo ano de 1945: “Oh! soar a hora — nós a sentimos chegar — dessa desforra prodigiosa. Ouvimos desde já nosso triunfante porvir marchar a passos largos na história. Sim, de amanhã em diante vai começar; de amanhã em diante a França não terá mais que um pensamento: recolher-se, repousar no terrível pensamento da desesperança; recobrar forças; erguer seus filhos, alimentar de santas iras essas crianças que se tornarão grandes; forjar canhões e formar cidadãos, criar um exército que seja um povo; *chamar a ciência em auxílio da guerra (...)*” (HUGO *apud* WINOCK, 2006:648 [2001], grifo nosso).

“Chamar a ciência em auxílio da guerra”! Por quê um escritor como Hugo promovia semelhante apelo? Tratava-se de reerguer a França, que adentrava a III República (1871-1940) marcada por um sentimento de vergonha e humilhação pela derrota em 1870-71. Acrescente a tal conclamação o fato de que o século XIX, sobretudo em sua segunda metade, é o século do cientificismo, do “ver para prever” preconizado pela filosofia positivista (COMTE, 1983:50 [1844]). A ciência é a tábua de salvação para todos os fins, e a maior prova disso era dada pelo maior rival: um lugar-comum que pairava naqueles tempos rogava que a França havia perdido a guerra devido à superioridade da ciência alemã (BROC, 1974:35). O programa de curso elaborado por Vidal em Nancy (capital da Lorena) para os anos 1872-1873 é sintomático: “Geografia comparada sobre os principais Estados da Europa contemporânea”! Portanto, é a partir de um clima de revanchismo que devemos encarar o estabelecimento da Geografia na França. No entanto, isto não significa dizer que tais esforços provinham apenas daqueles que simpatizavam com a Geografia, nem tampouco devemos acreditar que interesses exclusivamente científicos estavam em jogo. Pelo contrário: o projeto de independência e institucionalização geográficas era atravessado tanto por intelectuais quanto por homens de negócios, por motivações nacionais quanto internacionais. Isto porque, apesar de suas divergências, todos caminhavam rumo a um objetivo comum: a reconstrução da nação francesa e o aprofundamento da exploração colonial afro-asiática.

Desta forma, casados o Imperialismo e a ruína na guerra franco-prussiana, as pretensões científicas e as ambições econômicas, existe um outro item a ser levado em consideração: a Alemanha. Para sermos mais precisos, “o desafio alemão”, conforme escreveu o historiador francês Charles-Olivier Carbonell na década de 70 e repetiu o geógrafo da mesma nacionalidade Vincent Berdoulay na década de 80.

Analisando, respectivamente, a História e a Geografia entre franceses e alemães no final do século XIX, ambos chegam à conclusão de que a Alemanha serviu como modelo intelectual e organizacional para o progresso científico na França. É quase uma contradição, mas o primeiro passo em direção a uma ampla reforma educacional foi, justamente, conhecer o pensamento e a estrutura funcional dos rivais do outro lado do Reno (CARBONELL, 1976; BERDOULAY, 1995 [1981]). Essa temática também atraiu o geógrafo Numa Broc, suscitando-o duas questões: (i) de que forma a França inspirou-se no “modelo” alemão para organizar o ensino e a pesquisa geográficas?; (ii) houve, correlativamente, uma marcada influência do pensamento geográfico alemão sobre os contemporâneos de Vidal de la Blache? Suas respostas darão corpo aos parágrafos seguintes (BROC, 1977).

Já em 1863, a Alemanha organizava de forma liberal a educação pública e popularizava a ciência. Cabia às ciências geográficas lugar considerável nos ensinamentos secundário e superior, contando com bons manuais e bons atlas didáticos. Assim, deveria servir de exemplo e modelo para os franceses, dizia naquele mesmo ano Vivien de Saint-Martin, secretário da *Société de Géographie de Paris*. Se é verdade que em 1870 os sucessores imediatos de Humboldt e Ritter não possuíam o mesmo brilho de seus mestres, quatro anos depois uma decisão governamental aponta para a criação de uma cadeira de Geografia em todas as universidades do Estado. O êxito é inegável: em 1890, praticamente todas as universidades alemãs possuem um ensino especializado em Geografia, ao passo que a França tinha cinco cadeiras e a Inglaterra apenas uma. Por essas razões, Leipzig (com Peschel, Richthofen e Ratzel) e Berlim (com Richthofen e Penck) atraem inúmeros estrangeiros. Na segunda metade do século XVIII, é fundado um instituto geográfico privado que não possui rival na Europa: trata-se do *Justus Perthes Geographischer Anstalt*, localizado em Gotha. Verdadeiro “ministério da geografia”, no século XIX suas publicações habituais em torno da genealogia, diplomacia e estatística serão acompanhadas da cartografia, resultando no *Physikalischer Atlas* e no *Stieler Handatlas*. Em 1855, surge o *Petermanns Mitteilungen*, periódico mensal cuja originalidade dos artigos, revisões críticas, bibliografias e suplementos cartográficos e estatísticos fará dele o modelo a ser seguido pelos demais países europeus após 1870. Em 1866, aparece outra publicação vinculada ao instituto: *Geographisches Jahrbuch*, congregando especialistas alemães e estrangeiros (Camena d’Almeida e de Martonne, p.ex.) na produção de uma série de artigos de conteúdo crítico e bibliográfico. Os anos de 1899, 1901 e 1903 são testemunhos de novos canais editoriais, como *Geographischer Anzeiger* (destinada aos professores do secundário), *Deutsche Erde* (voltada para o conhecimento da Alemanha) e o anuário *Geographen Kalender*.

Enfim, por volta de 1870 a Geografia dispõe, na Alemanha, de uma infra-estrutura incomparável perto de qualquer nação européia — e que precedeu, em muito, a organização universitária. Visitá-la era uma etapa importante, pelo menos, por três razões: no aperfeiçoamento da formação, na busca de idéias para organização do ensino e de um eventual laboratório e mesmo como um rito de admissão na comunidade geográfica internacional. Passaram pela Alemanha, entre outros, Réclus (1849), Vidal de la Blache (1872), De Margerie (1885), Camena d’Almeida (1886), Gallois (1889), Auerbach (1892), De Martonne (1896), Brunhes (1904) e Blanchard (1908). E, como não podia deixar de ser, a marca germânica é patente: no aparecimento dos *Annales de Géographie*, em 1891, Vidal, amadurecido intelectualmente a partir das leituras de Humboldt, Ritter, Peschel, Richthofen e Haeckel, faz elogiosa menção à Geografia alemã e ao *Petermanns Mitteilungen*; na primeira edição de seu *Traité de Géographie Physique*, em 1909, De Martonne reconhece sua dívida para com os alemães; e, no necrológio em homenagem a Ratzel, Brunhes sublinha seu espírito semeador e evocador de idéias, bem como sua recusa contra a especialização exagerada.

Porém, nem sempre esta ascendência era vista com bons olhos, e o que antes era inspiração dá lugar a uma reação, pois o contexto político, econômico e social induzia à constituição de uma ciência com raízes tipicamente francesas. Camena d’Almeida, p.ex., não se deixou cegar pelo modelo alemão; Blanchard reconhece que, exceção feita a Berlim, não tirou grandes ensinamentos para seu instituto; e Auerbach admite que a discussão alemã é um pouco dogmática e filosófica, tendo, destarte, poucas chances de seduzir a Escola Francesa. Além disso, são muito conhecidas as críticas de Brunhes e Vallaux à reflexão

ratzeliana, seja em virtude do organicismo, do determinismo ou da *geopolitik*. De todo modo, os franceses souberam rejeitar e abrandar aquilo que lhes parecia rígido e sistemático. Na Geografia Física, p.ex., a França acabou optando pelo norte-americano William Morris Davis, em detrimento de Penck. Na Geografia Humana, Ratzel não foi “servilmente imitado”, como fizeram os alemães e Miss Semple nos Estados Unidos. Diante dele, a atitude do Hexágono sempre foi aberta, porém crítica. E, lançando mão de um argumento externo — como se quisesse legitimar suas convicções —, Broc repete o que tornou-se verdadeiro credo entre os franceses: teria sido o historiador Lucien Febvre, em *La Terre et l'évolution humaine* (1922), quem avaliou em “justo lugar” a influência de Ratzel, assinalando que a originalidade dos geógrafos franceses não residia na Geografia Humana Geral, mas sim nas monografias regionais. Em resumo: a influência alemã foi mais sentida em termos organizacionais que intelectuais (BROC, 1977:93-94).

Demarquemos a posição de Berdoulay: há que se “corrigir” o julgamento “global” feito por Broc, que minimiza o pensamento geográfico alemão entre os franceses. Ao destacar os papéis de Ritter e Ratzel na conformação da Geografia de Vidal e seus seguidores; o fato de que era o prestígio da Alemanha que tendia a fixar os critérios sobre os quais a pesquisa geográfica seria avaliada; e a necessidade de relativização das chamadas escolas nacionais, visto que suas especificidades eram edificadas sobre a base comum dada pela Geografia alemã, Berdoulay sustenta que o impacto germânico sobre o desenvolvimento da Geografia francesa é maior do que normalmente pensamos (BERDOULAY, 1995:17-43 [1981]).

Este debate é importante, pois expõe uma zona de fissura entre dois consagrados intérpretes do pensamento geográfico, campo de estudos tratado muitas vezes como se estivesse revestido de uma “blindagem teórica” a mantê-lo harmônico e alheio a conflitos.

### **A resposta francesa**

Agora estamos em condições de nos aproximarmos da situação vivida pela Geografia na França. Embora o ano de 1809 tenha testemunhado a criação de uma cátedra de Geografia na Universidade de Paris e, em 1828, fundava-se, nesta mesma cidade, a Sociedade geográfica europeia, durante as três primeiras décadas do século XIX a Geografia esteve praticamente ausente do despontamento científico de então. Sob responsabilidade dos historiadores, não passava de uma disciplina auxiliar à História. Para os demais cientistas, era vista como uma disciplina prática, fornecedora de dados para políticos, comerciantes e o público em geral. Além disso, com a Sociedade de Geografia de Paris voltada para explorações e viagens; a obra de Humboldt repercutindo sobretudo entre físicos e naturalistas; e a Geografia Física associada à Geologia e concorrendo com a Fisiografia, a conclusão de Capel é a de que não haviam motivos científicos que justificassem a institucionalização universitária da Geografia (CAPEL, 1981:111).

Contudo, se a conjuntura intelectual não era propícia, as questões colocadas à sociedade francesa acabaram por favorecer o campo geográfico. A necessidade de conhecer detalhadamente o território nacional e suas regiões, a obtenção de informações sobre as potencialidades econômicas das colônias e mesmo uma atração por países “longínquos” — tidos como exóticos pelo imaginário europeu — atraíram um público diverso em torno da Geografia — que, naquela altura, era tão plural quanto seus interlocutores. Nota-se, então, como a formação de um campo científico é um processo eminentemente social e, com efeito, como as idéias e noções que emergem deste campo estão diretamente ligadas aos interesses econômicos, políticos e ideológicos de determinados grupos.

É assim que a III República, traumatizada pela perda da Alsácia-Lorena e abalada pela Comuna de Paris, promoverá uma ampla reforma educacional. Cultuando a pátria, a ciência e a laicidade, o ensino deveria estabelecer o civismo e a harmonia entre as classes. Propunha-se um “exame coletivo de consciência” e, nesta esfera, a “educação geográfica da nação deveria ser repensada” (BROC, 1974:547). Dois foram os protagonistas desta operação: Émile Levasseur e Auguste Himly, ambos historiadores. Se é verdade que o ensino de Geografia já vinha sofrendo melhoras desde a segunda metade do século XIX — incorporando a observação da realidade através do “método intuitivo”, partindo da aldeia ao

departamento até chegar à França como um todo —, os dois percorreram o território francês a fim de conhecer suas reais condições. A tarefa não era das mais fáceis: havia que superar não somente a carência de material didático (mapas e globos terrestres), mas uma tradição enciclopédica e mnemônica que apresentava a Geografia como um catálogo de nomes e lugares a serem decorados. Uma circular enviada em 1872 pelo Ministro da Instrução Pública decretava a obrigatoriedade de excursões geográficas/passeios topográficos, lançando mão do estudo de mapas, realização de croquis e visitas históricas (CAPEL, 1981:103 e 112-115). Quer dizer: era necessário conhecer a França. E isso passava por orgulhar-se de sua cultura; admirar suas paisagens; valorizar a diversidade regional. Galvanizar a nação por intermédio da Geografia; melhor dizendo, de *sua* geografia. Singular, irrepetível, especial.

Não obstante, os papéis da Geografia não se circunscriviam às demandas republicanas por patriotismo. As reformas educacionais souberam abordá-las a partir de outros ângulos. Segundo Catherine Rhein, um deles residia na Economia. No seio de suas preocupações com o progresso civilizatório e o crescimento econômico, a doutrina liberal — vigente no ambiente francês do século XIX — enfatizava, p.ex., a influência do clima e a exploração dos recursos naturais como dados a serem pesquisados. Admitindo o território como “força produtiva”, o planejamento da agricultura, comércio e indústria passava, necessariamente, por um amplo levantamento de suas especificidades.

Nesta trilha, sendo Levasseur um dos mais eminentes representantes da economia política liberal, o programa escolar de 1872 concebia a Geografia como matéria-prima da riqueza e porta de entrada para os estudos econômicos: “Ensinada tal como a indicamos, a geografia é uma preparação aos estudos econômicos propriamente ditos, que deveriam ter um certo lugar em nossa classe de filosofia. Da economia política, ela recebe a luz de princípios e, com essa ajuda, esclarece e reúne os fatos, colocando à disposição da economia política a experiência das nações sobre a terra e produzindo, numa classificação analítica própria a facilitar as comparações, uma multidão de fatos de onde, por reciprocidade, pode brotar uma viva luz sobre aqueles princípios” (LEVASSEUR *apud* RHEIN, 1982:228). Em 1883, o título de sua lição inaugural no curso de história e geografia econômicas no *Collège de France — De l'importance de la géographie physique pour l'étude des forces productives des nations* (Da importância da geografia física para o estudo das forças produtivas das nações) — ratifica o potencial econômico do conhecimento geográfico, assim como sublinha a centralidade da geografia física como chave explicativa da geografia política e econômica (RHEIN, 1982: 229-232).

Na França, a associação Geografia-Economia nos remete a um período anterior: ainda em 1863, Victor Duruy cria cursos de ensino secundário especial, voltados para os negócios, agricultura e comércio, onde a Geografia possuía papel de destaque. Três anos depois, tais cursos contemplavam a geografia agrícola, industrial, comercial e administrativa. Nas escolas primárias superiores — extensão do ensino primário aberta aos filhos de trabalhadores —, se cabia à História a propagação de um espírito cívico, à Geografia cabia o espírito comercial. Em muitas escolas técnicas dependentes do Ministério do Comércio e Indústria ensinava-se geografia comercial, bem como nas escolas superiores de comércio (CAPEL, 1981:117). Porém, após a derrota para a Prússia, a reconstrução econômica tornara-se matéria de urgência. Com a Geografia ocupando uma das linhas-de-frente desta empreitada, o grande imã desta campanha é o Colonialismo. Se Berdoulay parece ter razão em alertar-nos acerca do perigo de igualar a geografia colonial à geografia econômica, na medida em que aquela atendia anseios tanto de natureza econômica quanto política (BERDOULAY, 1995:75 [1981]), é indubitável que a doutrina colonial conseguiu reunir a ambos. A propósito, aqui entra em cena um ator de peso: as Sociedades de Geografia. Apesar da assertiva de Rhein de que a institucionalização e o conseqüente progresso da Geografia universitária francesa dar-se-ão sem o apoio direto daquelas Sociedades e do movimento liberal pró-colonial — na medida em que estas possuem uma concepção de Geografia como algo prático e utilitário, voltada para questões comerciais, algo que seria banido das instituições acadêmicas e universitárias —, Capel, Berdoulay e Broc são unânimes em sustentar exatamente o contrário. Para este último, “é em grande parte sob pressão das Sociedades de Geografia, reunidas anualmente em seus congressos nacionais, que os poderes públicos serão induzidos a organizar um verdadeiro ensino superior de Geografia” (BROC, 1974:552). Depois de 1870, sensíveis às reformas de Levasseur, a Sociedade de Geografia de Paris torna-se mais dinâmica, sobretudo no tocante

à questão comercial. Divulgando a causa colonial, espalhar-se-ão pelas províncias: Lyon (1873), Bordeaux (1874), Marseille (1876), Montpellier, Rochefort, Oran (1878), Nancy, Rouen (1879), Alger, Bourg, Dijon, Douai, Lille, Lorient, Nantes, Toulouse, Tours...

A despeito da tentativa de uma bem sucedida operação historiográfica a exorcizar o discurso geográfico de seu conteúdo político — “mácula” atribuída, sobretudo, aos trabalhos “imperialistas” do alemão Friedrich Ratzel (FEBVRE, 1991 [1922]) —, os geógrafos franceses influenciaram e foram influenciados pelo Colonialismo. Se Pierre Foncin e Marcel Dubois parecem ter sido os militantes mais engajados, Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, “à qual nossa época ligou a sua glória” (VIDAL DE LA BLACHE, 1954:46 [1921]). Dubois, co-fundador dos *Annales de Géographie*, beneficia-se da política imperialista de Jules Ferry e torna-se o primeiro a ocupar a cadeira de geografia colonial na Sorbonne em 1885. Por sua vez, em seu *Dictionnaire de Géographie*, Albert Demangeon (1872-1940) recobre o verbete *Colonisation* de um sentido histórico, como se quisesse naturalizar e renovar o esforço francês contemporâneo de levar a civilização a países novos e bárbaros. Não hesita em escrever que a principal motivação desta empresa é a necessidade da indústria moderna em obter matérias-primas e mercados compradores, localizados ao redor da metrópole e dos Estados civilizados e protecionistas. Declara que a colonização atual se dá através da esfera de influência fixada pelos Estados, direito conquistado através das viagens de exploração, por missionários ou apenas segundo suas conveniências. Porém, a efetivação da autoridade carece, seguidas vezes, da intervenção de operações militares, “vez por outra atroz, mas sempre custosa” (DEMANGEON, 1907:193).

Enfim, a natureza da Geografia estava sendo profundamente alterada. Passando da descrição regional do globo ao estudo das relações homem-meio revestida de um conteúdo econômico, parece lícito lembrar que houve um avanço no tratamento da matéria geográfica e que — como destaca Broc — Levasseur teve papel essencial na modernização do ensino de Geografia (BROC, 1974:549). Todavia, observando criticamente a totalidade da reforma escolar, Rhein nota que a Geografia atuou como um “Cavalo de Tróia” atendendo às demandas liberais — mais preocupadas em difundir suas doutrinas que desenvolver uma ciência geográfica. Acrescenta ainda que a Geografia, já dependente da História, tornara-se dependente também da Economia (RHEIN, 1982:228-233).

Contudo, se sob vários pontos de vista as utilidades da Geografia no ensino primário e secundário eram inegáveis, em revanche, sua consolidação e autonomização frente às demais ciências no âmbito universitário eram altamente discutíveis. Se, num primeiro momento, pode parecer paradoxal a oposição de Himly e a negligência de Levasseur à criação de cadeiras universitárias de Geografia, tudo se esclarece quando partimos do pressuposto de que trata-se da conformação de um conflito no interior do campo científico. Nesse sentido, a criação de um discurso e uma prática *especificamente* geográficos é vista tanto como uma alternativa epistemológica quanto uma corporação a mais a participar das brigas por espaço na Academia francesa. Afinal, o discurso não é apenas um meio pelo qual interesses distintos tomam forma; ele é, *per se*, objeto de desejo e de poder (FOUCAULT, 2004:10 [1970]). Com efeito, a mudança no conteúdo geográfico promovida pela reforma escolar atuou como elemento impulsionador da autonomia da Geografia na Universidade — alterando, conseqüentemente, seu equilíbrio de poder. Não é por outra razão que alguns geólogos e historiadores se sentiram ameaçados: os primeiros, por conta da rivalidade causada pela geografia física, e os últimos em virtude de serem deslocados de seus antigos postos no ensino de Geografia.

Há que se destacar a tensão entre geógrafos e historiadores: quando, em 1885, Vidal de la Blache obtém a inserção de teses de Geografia no concurso da *agrégation*, Auguste Himly, catedrático de Geografia na Sorbonne desde 1862, opõe-se frontalmente. Para ele, a criação de uma *agrégation* em Geografia era dispensável, argumentando que “o homem é mais importante que as pedras”. Acrescenta ainda que a importância da Geografia era exagerada, posto que englobava todo tipo de ciências físicas e naturais, e considera que o ensino de História era mais relevante para a educação. Em contrapartida, Himly apóia a criação de cadeiras de geografia física nas Universidades. Já Berdoulay relativiza a atração



de Himly pela geografia física, atestando que, embora reconhecesse sua utilidade, menosprezava as pesquisas na área. Defendia que a história, e não a geografia física, constituía a base das pesquisas em geografia humana (BERDOULAY, 1995:103 [1981]).

Reprovações de um lado, aprovações de outro. Afinal, nem só de tensão viviam os candidatos a geógrafos e os estabelecidos historiadores. Acaso não seriam estes últimos os grandes responsáveis pela gestação e consolidação da Geografia universitária? São eles: Ludovic Drapeyron (1839-1901), co-fundador da *Société de Topographie* em 1876 e diretor-fundador da *Revue de Géographie* em 1877; Pierre Foncin (1841-1916), co-fundador da *Alliance Française* e militante do regionalismo e da causa colonial; e Paul Vidal de la Blache (1845-1918), criador dos *Annales de Géographie* em 1891. Destarte, a conclusão de Capel é uma só: “na França a Geografia se desenvolveu primeiramente por historiadores e a partir da história, afirmando de forma crescente seu caráter ‘científico’ ou ‘moderno’ com o crescimento da geografia física. (...) todos eles intentaram promover uma ciência moderna, aprofundando primeiro a topografia e o estudo de mapas e, em seguida, a geografia física, considerada o ‘ramo essencial’ da disciplina” (CAPEL, 1981:119, grifo nosso).

### **Considerações Finais**

Nosso intuito foi o de sublinhar os componentes político e histórico que caracterizaram a institucionalização da Geografia como disciplina universitária. A análise das disputas geopolítica e científica entre a França e a Alemanha nas últimas décadas do século XIX e início do século XX nos leva a crer que a história do pensamento geográfico precisa ser tratada como um campo de disputa e de conflito, e não apenas como mera narrativa sobre autores, conceitos e correntes. Assim, uma das funções dos estudos em torno do pensamento geográfico reside na análise da relação entre o discurso e a prática situados em seu contexto histórico. Todo saber contém, em si, o germe de uma prática que ora o discurso a revela, ora a oculta. É a esse jogo de luz e de sombra que cabe descortinar.

### **Referência Bibliográfica**

- BERDOULAY, Vincent. **La formation de l'école française de géographie**. Paris: Éditions du CTHS, 1995 [1981].
- BRAUDEL, Fernand. **A Identidade da França: o Espaço e a História - Vol. 1**. São Paulo: Globo, 1989 [1986].
- BROC, Numa. L'établissement de la géographie en France: diffusion, institutions, projets (1870-1890). **Annales de Géographie**, 459, sept/oct., 1974.
- . La géographie française face à science allemande (1870-1914). **Annales de Géographie**, 473, jan/fév, 1977.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia e Ciencia en la Geografía Contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARBONELL, Charles-Olivier. Le défi allemand. In: CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français (1865-1885)**. Toulouse: Privat, 1976.
- COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. In: COMTE, Augusto. **Seleção de Textos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1844].
- DEMANGEON, Albert. Colonialisme. In: DEMANGEON, Albert. **Dictionnaire de Géographie**. Paris: Armand Colin, 1907.
- ESCOLAR, Marcelo. Geografia francesa y política alemana: Camille Vallaux (1908-1912). **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, Departamento de Geografía, nº 4, 1998.
- FEBVRE, Lucien. **A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História**. 2ª ed. Lisboa: Cosmos, 1991 [1922].
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2004 [1970].
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

---

<sup>3</sup>/<sub>4</sub><sup>3</sup>/<sub>4</sub>. **A Era do Capital: 1848-1875**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1987.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luis Bonaparte. Textos – Volume 3**. São Paulo: Edições Sociais (s/d [1852]).

MORAES, Antonio Carlos Robert. A gênese da Geografia Moderna. A particularidade histórica da Alemanha e a gênese da Geografia Moderna. In: MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da Geografia Moderna**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RATZEL, Friedrich. Le sol, la société et l'État. **L'année sociologique**, 1900.

RHEIN, Catherine. La Géographie, discipline scolaire et/ou science sociale? (1860-1920). **Revue française de Sociologie**, Paris, XXIII, 1982.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. La France. Tableau géographique. In: RIOUX, Jean-Pierre. **Tableaux de la France. Michelet, Duruy, Vidal de la Blache et Bruno**. Paris: Omnibus, 2007 [1903].

———. Significado e objeto da Geografia Humana. In: VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 1954 [1921].

WEBER, Max. **Ciência e Política – Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002 [1917-1919].

WINOCK, Michel. O ano terrível: 1870-1871. In: WINOCK, Michel. **As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [2001].

Trabalho enviado em março de 2009

Trabalho aceito em abril de 2009